

Aos vinte e três dias do mês de Julho de dois mil e três, nesta cidade de Montemor-o-Novo, no Salão Nobre dos Paços do Concelho e Sala de Sessões da Câmara Municipal, realizou-se a reunião da referida Câmara, estando presentes os senhores João António Abrantes Caldeira, Vice-Presidente e os senhores Vereadores João Miguel Amaro Marques, Helena Maria Freire Paixão, Agostinho Petronilho Simão e Jorge Manuel Barata de Queiroz Soares, Vereadores, comigo, Carlos António Russo Lebre, Assistente Administrativo Especialista.

Ausentes desta reunião os senhores Presidente da Câmara Municipal, Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá e Vereador Leonardo Manuel Valido Maia, por se encontrarem no gozo de férias, faltas que foram consideradas justificadas.

E tendo todos ocupado os seus lugares, foi pelo senhor Vice-Presidente declarada aberta a reunião eram quinze horas.

**Aprovação da Ordem de Trabalhos**

O Executivo aprovou por unanimidade a seguinte Ordem de Trabalhos:

- 1. ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA**
  - A) PROCESSOS DE LICENCIAMENTO, REQUERIMENTOS E VISTORIAS**
- 2. OBRAS E SANEAMENTO**
  - A) EMPREITADA DE LIMPEZA DA LAGOA ANAERÓBICA DA ETAR DE FOROS DE VALE DE FIGUEIRA**
  - B) EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DE JARDIM DE ESCOURAL**
  - C) EMPREITADA DE INTERVENÇÃO NA CARREIRA DE SÃO FRANCISCO**
- 3. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**
  - A) IMPOSTO DE SISA/SIMULAÇÃO OU INDICAÇÃO INEXACTA DO PREÇO/DIREITO DE PREFERÊNCIA**
  - B) CONTABILIDADE**
- 4. SÓCIO-CULTURAL**
  - A) ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA FREQUÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR**
  - B) ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO REFEITÓRIO ESCOLAR DE SANTA SOFIA**
  - C) ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À CASA DO POVO DE CABRELA PARA FESTIVAL DE FOLCLORE**
  - D) ESCOLA DE NATAÇÃO – ISENÇÃO DE PAGAMENTO**
  - E) PROPOSTA DE REGULAMENTO INTERNO DAS PISCINAS MUNICIPAIS**
- 5. AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS**
  - A) REQUERIMENTOS DIVERSOS**
- 6. PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO**
  - A) EDITAL PARA ESPAÇO DE GASTRONOMIA DA FEIRA DA LUZ 2003**
- 7. CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTÁGIO**
- 8. PROPOSTA DE ACTA Nº. 15**

## **9. ATENDIMENTO DE MUNICIPES**

### **Período antes da Ordem do Dia**

#### **Requerimento sobre a cedência de instalações e protocolo com a Marca, ADL**

A intervenção inicial do período antes da ordem do dia coube ao senhor Vice-Presidente que deu publicamente a conhecer o teor da resposta ao requerimento apresentado pelos eleitos do MCPM sobre o assunto supracitado:

*“Para que também conste em acta, venho dar conhecimento da resposta ao requerimento apresentado pelos senhores Vereadores do MCPM na reunião de Câmara de 9/7/03 sobre cedência de instalações no edifício do ex-GAT e sobre o protocolo com a Associação Marca, ADL, informa-se:*

*a) Em conformidade com a deliberação de Câmara de 3/7/02, estão a decorrer negociações com as restantes Câmaras (Arraiolos, Mora e Vendas Novas) para obter um acordo definitivo, escrito e formalmente assumido por todos os Municípios quanto ao destino de curto e de longo prazo a dar ao edifício do ex-GAT. O assunto tem sido regularmente abordado em reuniões dos Presidentes das Câmaras mas, face a outras questões de enorme importância para as populações (por exemplo, processo de tratamento de resíduos, criação de empresa intermunicipal de tratamento de resíduos, fundos comunitários, sistema intermunicipal de abastecimento de água e saneamento, ordenamento do território, políticas governamentais e seus impactos no Poder Local e na Região), não tem sido considerado prioritário. Não depende apenas da nossa Câmara o calendário de concretização de tal processo mas manifestámos a nossa vontade de obter uma solução completa até final do ano.*

*b) O Protocolo com a Marca, ADL, foi, de forma justificada, oportuna e legal, denunciado nos termos previstos na sua cláusula 4. A Direcção da Marca foi informada da deliberação e esclarecida em reuniões sobre o tema. Nessas mesmas reuniões, informou que não iria apresentar uma proposta de alteração ou de novo protocolo por entender que o então existente lhe servia. Não foi apresentada pela Câmara uma nova proposta de protocolo que aguarda uma definição global sobre os parâmetros e critérios gerais a enquadrar a colaboração com as ADLs. Não se verificou nem o quadro negro nem as maquiavélicas intenções atribuídas aos Eleitos CDU pelos Vereadores do MCPM quando abandonaram a reunião de Câmara e se recusaram a participar na votação de uma proposta legal e democraticamente apresentada. Entretanto, têm-se mantido níveis de relacionamento e colaboração com a Marca, ADL, que, não obstante algumas divergências normais, registamos positivamente.”*

#### **Resposta ao requerimento “Sobre o Congresso do Alentejo”**

Voltando a intervir apresentou o senhor Vice-Presidente nova resposta a novo requerimento igualmente apresentado pelos eleitos do MCPM na última reunião de Câmara, da qual consta:

*“Para que também conste em acta, venho dar conhecimento da resposta ao requerimento apresentado pelos senhores Vereadores do MCPM na reunião de Câmara de 9/7/03 intitulado “Sobre o Congresso do Alentejo” e não obstante considerar ter sido dada resposta suficiente na referida reunião:*

*a) Estranha-se que os senhores Vereadores do MCPM afirmem, nomeadamente, que “tiveram recente conhecimento pelos jornais” da realização daquele Congresso em Montemor-o-Novo ou que “a Câmara Municipal até ao momento ainda não foi ouvida ou sequer deliberou sobre este assunto”.*

*É que bastaria ter lido as Opções do Plano para 2003, documento central e fundamental de definição da actividade municipal e objecto de discussão e aprovação em reuniões de Câmara e de Assembleia Municipal, para constatar que a “Realização do Congresso do Alentejo” constitui a acção com o n.º. 0302090101 da Função “03 – Desenvolvimento Estratégico” e do Programa “030209 – Projectos / Programas Regionais” incluída no Plano de Actividades, página 29. Ainda que a leitura de tão importantes documentos da vida municipal tivesse apenas incidido na “Apresentação e Enquadramento”, aí está explicitada, na página 13, a “realização do Congresso do Alentejo na nossa cidade”.*

*b) Recordar-se que a proposta de realização do Congresso sobre o Alentejo em Montemor-o-Novo, foi feita pelo Presidente da Câmara aquando da edição do último Congresso em Monforte, foi aprovada por unanimidade e foi saudada por todos os eleitos da Câmara no anterior mandato.*

*c) A polémica referida pelos senhores Vereadores, como é publicamente conhecido, por parte de alguns sectores do PS que, porventura, quererão insistir na usual tentativa de controlo partidário do evento.*

*Contudo, e como também é publicamente conhecido, o Secretariado do Congresso (eleito em Congresso) definiu, por proposta do Presidente da Câmara de Montemor-o-Novo unanimemente aprovada, a vontade de ver um salto qualitativo no próximo Congresso. Dessa forma decidiu, e cita-se, “lançar um debate aberto a todas as instituições da Região e aos Alentejanos sobre o funcionamento, a estrutura, o modelo que os futuros Congressos sobre o Alentejo devem assumir de modo a, garantindo a participação e a diversidade, representarem o Alentejo e a nossa vontade comum e plural para o desenvolvimento”. Esse debate iniciou-se publicamente a 17/6/03.*

*O Secretariado assume, pois, uma postura de recusa de qualquer tipo de controlo, de busca de consensos alargados, de abertura e diálogo, cabendo a quem quiser romper com tal atitude a respectiva responsabilidade.”*

Interveio depois o senhor Vereador Agostinho Simão para dizer que caso tivesse pretendido assistir à reunião/debate a que o senhor Presidente se refere na sua comunicação, tal não lhe teria sido possível, por não ter sido dado conhecimento à Câmara da sua realização.

No que se refere à questão da partidarização do evento, e embora não sendo militante do PS, disse o senhor Vereador Agostinho ser curioso atribuir culpas ao Partido Socialista sobre tal matéria, quando, contrariamente, é conhecido que o militante é dirigente do PCP Dias Lourenço afirmou ter sido convidado a participar na aludida reunião de debate sobre o funcionamento e estrutura do Congresso que terá tido lugar no passado dia dezassete de Junho, desconhecendo-se no entanto a que título ou em representação de que estrutura do Alentejo o mesmo terá estado presente.

Concluiu dizendo que a partidarização do Congresso está a verificar-se da parte do PCP, não se podendo até à data afirmar que os autarcas do PS estejam a ser protagonistas de idêntica atitude.

Disse depois o senhor Vereador Jorge Queiroz que a resposta ao requerimento segue o estilo habitual de contorno de questões incómodas, recorrendo a meias-verdades e expedientes politicamente menores, considerando por isso que da sua parte a resposta será dada na presença do próprio e não na sua ausência.

### **Animação nocturna no Parque Urbano**

Encontrando-se já em fase de divulgação, informou no entanto o senhor Vereador João Marques que as noites de Verão irão contar com animação nocturna no Parque Urbano, com teatro e cinema ao ar livre, por forma a deixar também livre o Cine-Teatro Curvo Semedo que irá neste período estar ocupado com a preparação de mais um espectáculo do Centro Coreográfico de Montemor-o-Novo/Rui Horta.

### **Encerramento dos EBMs**

Informou depois o senhor Vereador João Marques que por Despacho emanado pelo Secretário de Estado da Educação no passado dia oito do corrente mês, irão encerrar já neste ano lectivo os quintos anos que eram ministrados nos EBMs e no próximo ano encerrarão os sextos anos, extinguindo-se de uma forma forçada as Escolas de Ensino Básico Mediatizado que durante largos anos contribuíram de uma forma muito positiva para elevar o nível cultural de um grande número de alunos residentes sobretudo nas zonas rurais e mais isoladas do país.

Disse depois o mesmo edil que a adopção de tal medida por parte do governo virá contribuir para o incremento do abandono escolar, principalmente para quem vive nos montes, onde o isolamento, as dificuldades de transportes e de acessos são factores que elevam de forma exponencial o afastamento das crianças do meio escolar.

Referiu depois o senhor Vereador João Marques ter já a autarquia manifestada junto da DREA o seu desacordo e a sua preocupação pela decisão governamental encetada e pelas nefastas consequências que daí advirão.

Referiu por outro lado não haver sequer o conhecimento oficial de quais irão ser os EBMs que irão encerrar no concelho, para além da própria escola EB 2,3 não ter sido previamente informada de tal facto, levando à

necessidade de criar novas turmas para integração dos alunos que deveriam frequentar no próximo ano lectivo os quintos anos dos EBMs.

Por outro lado deverá vir a assegurar-se não só o transporte desses alunos, obrigando a uma reformulação daquilo que estava de alguma forma delineado, como garantir também a melhor receptividade possível a essas crianças num novo meio.

Interveio depois o senhor Vereador Agostinho para referir que o tipo de ensino em questão terá sido contemplado há cerca de dez anos atrás com a atribuição pela União Europeia de uma menção honrosa, como reconhecimento da sua briosa acção em prol do desenvolvimento do ensino.

Referiu depois que tal medida irá afectar já neste ano lectivo cerca de oitenta alunos que deveriam ir frequentar o quinto ano nas EBMs de Lavre, Cabrela, Cortiçadas do Lavre, Ciborro, Escoural e S. Cristovão, freguesias onde as crianças permaneciam até aqui por mais dois anos após a conclusão do primeiro ciclo do ensino básico, o que lhes permitia ganhar uma maior preparação para se entrosarem noutra nível de ensino com características de funcionamento diferentes daquelas a que estavam habituados.

Usou depois da palavra o senhor Vereador Queiroz para afirmar que Portugal avançou muito em matéria de democratização do ensino, mas regista atrasos significativos no que se refere ao modelo e às opções estratégicas para os diversos graus de ensino. A evolução internacional é muito rápida nos sistemas e tecnologias, a competição entre os países é grande e Portugal tem saltado de reforma em reforma sem definir previamente a relação do sistema educativo com o mercado de emprego e as estratégias nacionais no quadro da União Europeia e do mundo. Em Portugal e também na Europa a demografia escolar alterou-se, por razões económicas e culturais, de padrões de vida e de consumo, com a diminuição da natalidade e redução do número médio de filhos por casal, o que poderá ver transferida a perspectiva da quantidade para a qualidade.

Referiu o mesmo autarca que quanto às EBMs elas responderam a uma necessidade do sistema em determinado momento histórico, poderão já não ser solução para o presente.

Resta esperar que as soluções substitutivas encontradas, nomeadamente com a melhoria dos equipamentos e edifícios escolares melhorem a qualidade do ensino.

Disse depois o senhor Vereador João Marques que as reformas terão de ser consensuais, sendo igualmente necessário fazer antecipadamente uma avaliação das suas consequências futuras. Contudo, aquilo a que se tem assistido é a uma actuação de forma descoordenada e sem respostas alternativas às ausências que as reformas implementadas vão deixando.

### **Apresentação de Secretária de Apoio Pessoal**

Com a presença na sala da Dra. Hortênsia Menino, interveio a senhora Vereadora Helena Paixão para proceder à apresentação da mesma, como sua Secretária Política de Apoio Pessoal, conforme está consignado na legislação em vigor relativamente aos Vereadores a tempo inteiro. A mesma autarca referiu ainda que, agora, será a ocasião ideal para esclarecer eventuais dúvidas ou suspeições, tais como as que foram levantadas na última reunião de Câmara acerca do Secretário de Apoio Pessoal do senhor Vereador João Marques e do próprio Vereador, por parte dos eleitos do MCPM.

Usou depois da palavra o senhor Vereador Jorge Queiroz para sublinhar a correcção da informação da senhora Vereadora, dado que revela agora educação cívica e política o que nem sempre tem acontecido noutras situações. Os funcionários nomeados ou contratados são pagos pela autarquia para servir o município, pelo que tudo deve ser claro.

Voltou a intervir a senhora Vereadora Helena Paixão para esclarecer que as actuais nomeações, quer do seu apoio pessoal, quer do senhor Vereador João Marques só pecam por tardias, já que quer o senhor Presidente, quer o senhor Vereador João Caldeira contam com iguais apoios, praticamente desde o início do mandato.

Também o senhor Vereador Agostinho disse registar com satisfação o gesto aqui patenteado pela senhora Vereadora de informar e de dar a conhecer quem são as pessoas que passam a trabalhar na Câmara e com quem diariamente eleitos e funcionários se cruzam.

Disse depois o senhor Vereador Jorge Queiroz que a prática de normal informação de movimentos de pessoal não tem até agora existido, chegando a acontecer nomeações de Chefes de Divisão sem conhecimento da Câmara, o que por si só é revelador do tipo de concepção de gestão pública que se instalou na Câmara.

### *Circulação viária na cidade*

Usou depois da palavra o senhor Vereador Agostinho Simão para solicitar informação sobre a realização de consulta à população e correspondentes medidas que eventualmente hajam já sido tomadas no que concerne aos problemas de circulação automóvel na Avenida José Saramago, questões que foram levantados por um município em reunião de Câmara de dezanove de Fevereiro último.

Em resposta disse a senhora Vereadora Helena Paixão que no passado dia vinte e oito de Junho teve lugar um Encontro com a População da Freguesia de Nossa Senhora da Vila (em conclusão de um outro que havia tido lugar há algum tempo), em que foi apresentado à população o projecto integral para conclusão dos arranjos exteriores daquela zona, onde se inclui a Rua José Saramago, projecto esse que foi discutido e ajustado com a participação activa da população que se interessou por estar presente e em conhecer de uma forma directa a proposta de intervenção para um espaço que lhes é comum.

### *Contestação sobre realização de obra ilegal*

Voltou a intervir o senhor Vereador Agostinho para questionar sobre a evolução que terá tido o processo que move o senhor Francisco Pereira contra o senhor Eduardo Panóias, relativamente ao avanço de uma obra que este último terá entendido encetar sem a devida autorização, de acordo com o assunto colocado em reunião de Câmara de catorze de Maio último pelo senhor Pereira.

Em resposta disse a senhora Vereadora Helena Paixão que o processo já conheceu entretanto alguns desenvolvimentos, tendo-se recentemente o senhor Eduardo Panóias deslocado à Câmara Municipal, onde lhe voltou a ser informado que caso pretendesse legalizar a construção, deveria apresentar documento comprovativo da autorização para realização da obra, por parte de pelos menos dois terços dos condóminos.

A obra está embargada, tendo sido concedida autorização ao senhor Panóias apenas para pintura e rebocos de uma outra obra que estava a executar e que se encontra licenciada. Ainda assim o mesmo município continuou a fazer obras ilegais na parte embargada com o argumento dessa autorização, tendo-lhe sido levantado novo auto de embargo que o próprio assinou, encontrando-se as obras nesta altura efectivamente paradas.

O senhor Vereador Agostinho questionou ainda se terá sido dado conhecimento por escrito ao senhor Pereira da evolução mais recente do processo, o que a senhora Vereadora Helena ficou de averiguar.

### *Relatório das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Humano*

Usou depois da palavra o senhor Vereador Jorge Queiroz para referir que no último Relatório das Nações Unidas sobre desenvolvimento humano em 2002 do PNUD da ONU coloca Portugal no vigésimo terceiro lugar entre duas centenas de países, dentro do grupo de países de desenvolvimento elevado. Portugal em cinco anos passou do trigésimo segundo lugar para o vigésimo terceiro, o que é de sublinhar e merecedor da congratulação de todos.

Interpelado pelo Vereador João Marques o Vereador Jorge Queiroz informou que o Indicador de Desenvolvimento Humano (IDH) assenta em cerca de trinta variáveis económicas, educativas, de saúde e consumo.

## *1. ADMINISTRAÇÃO URBANÍSTICA*

### *A) PROCESSOS DE LICENCIAMENTO, REQUERIMENTOS E VISTORIAS*

Seguidamente a senhora Vereadora Helena Paixão fez a apresentação dos seguintes processos:

#### *Processos de licenciamento*

De: FERNANDA QUESTETA MESTRE MÁXIMO LOPES ESCUDEIRO, requerendo informação prévia sobre ampliação de monte de habitação, a levar a efeito no prédio rústico denominado por “Courela da Estrada”, freguesia de Nossa Senhora da Vila.

Tem parecer da D.A.U.

Data de entrada do requerimento: 27/05/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade nas condições do parecer dos serviços da D.A.U.

De: PEDRO FRANCISCO CINCO-REIS BRANCO, requerendo aprovação dos projectos de, especialidade e licenciamento da obra de construção de uma cozinha – zona de fabrico para pastelaria, sita na Rua Afonso Costa, nº 15, freguesia de Santiago do Escoural, tendo como técnico responsável Jacinto Gameiro Costa, número 47.

Data de entrada do requerimento: 14/07/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com os Termos de Responsabilidade do Técnico

De: JORGE MANUEL DE MATOS PINTO, requerendo aprovação dos projectos de, especialidades e autorização da obra de construção de uma moradia unifamiliar de um piso e muro de vedação, a erigir no lote nº 2 da Rua José Geraldo Caravela, freguesia de Foros de Vale de Figueira, tendo como técnico responsável José António Borla Mestrinho, número 305.

Data de entrada do requerimento: 14/07/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com os Termos de Responsabilidade do Técnico

De: PARQUE DAS SILVEIRAS, RESTAURAÇÃO E HOTELARIA, LDA, requerendo aprovação do projecto de arquitectura para a obra de construção de um bar e hospedaria a levar a efeito na propriedade denominada por “Monte Novo”, cruzamento para Cabrela – E. N. 4, freguesia de Silveiras, tendo como técnico responsável José António Borla Mestrinho, número 305.

Data de entrada do requerimento: 11/10/2002

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços da D.A.U.

De: CARLOS JOSÉ MORGADO FERREIRA, requerendo aprovação do projecto de arquitectura da obra de construção de uma cavaliária e picadeiro, a levar a efeito na propriedade denominada por “Herdade do Barrocal das Freiras”, freguesia de Caborro, tendo como técnico responsável Luís Miguel Sanches Gonçalves.

Data de entrada do requerimento: 04/04/2003

Tem parecer da D.A.U.

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços da D.A.U.

De: JOÃO CARLOS MÁXIMO LOPES ESCUDEIRO, requerendo informação prévia sobre construção de uma moradia com piscina, na propriedade denominada por “Cangas”, freguesia de Nossa Senhora do Bispo.

Tem parecer da D.A.U.

Data de entrada do requerimento: 27/05/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade nas condições do parecer dos serviços da D.A.U.

De: MANUEL ANTÓNIO CRISTÓVÃO, requerendo aprovação do projecto de estabilidade e licenciamento da obra de substituição de madeiras por pré-esforçado da cobertura do edifício sito na Rua Joaquim Pedro de Matos, nº 46, freguesia de Cabrela, tendo como técnico responsável Rui Manuel Charneca Germano Condeço, número 242

Tem parecer da D.A.U.

Data de entrada do requerimento: 23/06/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com os Termos de Responsabilidade do Técnico.

De: ISABEL JUSTA BERNARDINO, requerendo aprovação dos projectos de especialidade e licenciamento da obra de ampliação de uma moradia unifamiliar de r/c, sita na Rua da Primavera, nº 13,

freguesia de Foros de Vale de Figueira, tendo como técnico responsável José António Borla Mestrinho, número 305.

Data de entrada do requerimento: 04/07/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com os Termos de Responsabilidade do Técnico.

De: ALFREDO JUSTINO & FILHOS – INDÚSTRIA DE PANIFICAÇÃO E PASTELARIA, L.D.ª, requerendo aprovação do projecto de arquitectura e licenciamento das alterações efectuadas no decorrer da obra de ampliação e restauro de um estabelecimento industrial de fabrico de pão e pastelaria, sito na Rua Catarina Eufémia, nº 17, Casa Branca, freguesia de Santiago do Escoural, tendo como técnico responsável Joaquim Mateus Carapinha Nunes, número 159.

Tem parecer da D.A.U.

Data de entrada do requerimento: 03/06/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços da D.A.U.

De: TEODÓSIO MANUEL PARREIRA DA VELHA, requerendo aprovação do projecto de arquitectura e licenciamento das alterações efectuadas no decorrer da obra de construção de um Snack-Bar , sito no monte denominado “Entre Estradas”, Reguengo - S. Mateus, freguesia de Nossa Senhora da Vila, tendo como técnico responsável Jacinto Gameiro Costa, número 47.

Tem parecer da D.A.U.

Data de entrada do requerimento: 23/06/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços da D.A.U.

De: ALFREDO DA SILVA BORGES, requerendo aprovação do projecto de arquitectura da obra de remodelação e ampliação de um edifício plurifamiliar de dois pisos, conforme aditamento anexo ao requerimento nº 1063/03 datado de 17/07/2003, sito na Rua Albino Cró Pimenta de Aguiar, nºs 3, 5 e 7, da freguesia de Nossa Senhora do Bispo, tendo como técnico responsável Rui Alexandre Grilo Bibi, número 333.

Tem pareceres da D.A.U.

Data de entrada do requerimento: 09/05/2003 e 17/07/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com os pareceres dos serviços da D.A.U.

De: GASPAR JOSÉ, requerendo aprovação dos projectos de especialidades e licenciamento da obra de construção de um pavilhão agrícola a levar a efeito na propriedade denominada por “Monte das Figueiras”, freguesia de Santiago do Escoural, tendo como técnico responsável Jacinto Gameiro Costa, número 47.

Data de entrada do requerimento: 27/06/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com os Termos de Responsabilidade do Técnico.

De: JOSÉ PEDRO DUQUE PROJECTO, requerendo aprovação do projecto de arquitectura da obra de alteração de um anexo existente no logradouro do prédio sito na Rua do Calvário, nºs 9 e 11, freguesia de Nossa Senhora da Vila, tendo como técnico responsável Joaquim Mateus Carapinha Nunes, número 159.

Tem parecer da D.A.U.

Data de entrada do requerimento: 28/04/2003

Deliberação: Deferir de acordo com o parecer dos serviços da D.A.U.

De: ANTÓNIO JOSÉ ANES NETO, requerendo aprovação do projecto de arquitectura da obra de construção de uma moradia unifamiliar de um piso, a erigir no lote número 1 da Rua Joaquim Carvalho Luís, freguesia de Santiago do Escoural, tendo como técnico responsável Jacinto Gameiro Costa, número 47.

Tem parecer da D.A.U.

Data de entrada do requerimento: 13/06/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços da D.A.U.

De: PEDRO MANUEL GODINHO FÉLIX, requerendo informação prévia sobre construção de uma moradia, piscina e anexos, na propriedade denominada por “Cimarros”, freguesia de Lavre.

Tem parecer da D.A.U.

Data de entrada do requerimento: 23/06/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade nas condições do parecer dos serviços da D.A.U.

De: FRANCISCO JOSÉ FERREIRA DOS SANTOS, requerendo informação prévia sobre reconstrução de um edifício de r/c, sito na Rua das Piçarras, n.ºs 31 e 33, freguesia de Nossa Senhora do Bispo.

Tem parecer da D.A.U.

Data de entrada do requerimento: 16/05/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade nas condições do parecer dos serviços da D.A.U.

De: IMOBIDEIA – SOCIEDADE DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, LD<sup>a</sup>, requerendo aprovação do projecto de arquitectura da obra de construção de uma Unidade de Armazenagem / Oficina, a erigir na Zona Industrial da Adua, lote número 9, freguesia de Nossa Senhora da Vila, tendo como técnico responsável Jacinto Gameiro Costa, número 47.

Tem parecer da D.A.U.

Data de entrada do requerimento: 13/05/2003

Disse depois o senhor Vereador Agostinho ter dúvidas se do ponto de vista jurídico e legal será possível a existência de um loteamento particular dentro da Zona Industrial da Adua, questionando dessa forma se tanto o presente processo como os cinco seguintes terão suporte legal para poderem ser aprovados.

Em resposta disse a senhora Vereadora Helena Paixão que a área envolvida no presente loteamento foi, à altura, alienada em regime de propriedade plena, razão pela qual, aquele loteamento terá que ser analisado e licenciado, não ao abrigo do Regulamento próprio da Z.I.A., mas sim à luz da legislação geral.

Disse depois o senhor Vereador Queiroz que os processos em causa não se apresentam claros para uma tomada de posição em consciência, carecendo de informação jurídica que possa dissipar as dúvidas que sobre eles paira.

Retorqui o senhor Vereador Agostinho que, tratando-se de loteamento enquadrado numa Zona Industrial não deveria ter um tratamento diferente dos outros processos, devendo antes cumprir com o Regulamento e com as normas que lhe são aplicáveis em todos os aspectos, incluindo os limites máximos de construção de área coberta e não apenas em relação a alguns factores.

Referiu depois o senhor Vereador Agostinho que teria sido mais coerente os terrenos não terem sido incluídos no perímetro da ZIA, porque por um lado foram valorizados pela sua inclusão, beneficiando claramente os proprietários, e por outro não estão sujeitos ao cumprimento da totalidade das normas do Regulamento do Parque Industrial.

Referiu então a senhora Vereadora não ser verdade que haja qualquer espécie de desobrigação legal, pois é sempre obrigatório o cumprimento da Lei geral aplicável ao licenciamento de loteamentos.

Deliberação: Deferido por maioria, com os votos contra dos senhores Vereadores Agostinho Simão e Jorge Queiroz, de acordo com o parecer dos serviços da D.A.U.

Declaração de Voto do senhor Vereador Jorge Queiroz: “*Este processo deixa-me muitas dúvidas do ponto de vista jurídico, razão pela qual voto contra.*”

De: IMOBIDEIA – SOCIEDADE DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, LD<sup>a</sup>, requerendo aprovação do projecto de arquitectura da obra de construção de uma Unidade de Armazenagem / Oficina, a erigir na Zona Industrial da Adua, lote número 13, freguesia de Nossa Senhora da Vila, tendo como técnico responsável Jacinto Gameiro Costa, número 47.

Tem parecer da D.A.U.

Data de entrada do requerimento: 13/05/2003

Deliberação: Deferido por maioria, com os votos contra dos senhores Vereadores Agostinho Simão e Jorge Queiroz, de acordo com o parecer dos serviços da D.A.U.

Declaração de Voto do senhor Vereador Jorge Queiroz: “*Este processo deixa-me muitas dúvidas do ponto de vista jurídico, razão pela qual voto contra.*”

De: IMOBIDEIA – SOCIEDADE DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, LD<sup>a</sup>, requerendo aprovação do projecto de arquitectura da obra de construção de uma Unidade de Armazenagem / Oficina, a erigir na

Zona Industrial da Adua, lote número 10, freguesia de Nossa Senhora da Vila, tendo como técnico responsável Jacinto Gameiro Costa, número 47.

Tem parecer da D.A.U.

Data de entrada do requerimento: 13/05/2003

Deliberação: Deferido por maioria, com os votos contra dos senhores Vereadores Agostinho Simão e Jorge Queiroz, de acordo com o parecer dos serviços da D.A.U.

Declaração de Voto do senhor Vereador Jorge Queiroz: “*Este processo deixa-me muitas dúvidas do ponto de vista jurídico, razão pela qual voto contra.*”

De: IMOBIDEIA – SOCIEDADE DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, LD<sup>a</sup>, requerendo aprovação do projecto de arquitectura da obra de construção de uma Unidade de Armazenagem / Oficina, a erigir na Zona Industrial da Adua, lote número 12, freguesia de Nossa Senhora da Vila, tendo como técnico responsável Jacinto Gameiro Costa, número 47.

Tem parecer da D.A.U.

Data de entrada do requerimento: 13/05/2003

Deliberação: Deferido por maioria, com os votos contra dos senhores Vereadores Agostinho Simão e Jorge Queiroz, de acordo com o parecer dos serviços da D.A.U.

Declaração de Voto do senhor Vereador Jorge Queiroz: “*Este processo deixa-me muitas dúvidas do ponto de vista jurídico, razão pela qual voto contra.*”

De: IMOBIDEIA – SOCIEDADE DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, LD<sup>a</sup>, requerendo aprovação do projecto de arquitectura da obra de construção de uma Unidade de Armazenagem / Oficina, a erigir na Zona Industrial da Adua, lote número 14, freguesia de Nossa Senhora da Vila, tendo como técnico responsável Jacinto Gameiro Costa, número 47.

Tem parecer da D.A.U.

Data de entrada do requerimento: 13/05/2003

Deliberação: Deferido por maioria, com os votos contra dos senhores Vereadores Agostinho Simão e Jorge Queiroz, de acordo com o parecer dos serviços da D.A.U.

Declaração de Voto do senhor Vereador Jorge Queiroz: “*Este processo deixa-me muitas dúvidas do ponto de vista jurídico, razão pela qual voto contra.*”

De: IMOBIDEIA – SOCIEDADE DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, LD<sup>a</sup>, requerendo aprovação do projecto de arquitectura da obra de construção de uma Unidade de Armazenagem / Oficina, a erigir na Zona Industrial da Adua, lote número 11, freguesia de Nossa Senhora da Vila, tendo como técnico responsável Jacinto Gameiro Costa, número 47.

Tem parecer da D.A.U.

Data de entrada do requerimento: 13/05/2003

Deliberação: Deferido por maioria, com os votos contra dos senhores Vereadores Agostinho Simão e Jorge Queiroz, de acordo com o parecer dos serviços da D.A.U.

Declaração de Voto do senhor Vereador Jorge Queiroz: “*Este processo deixa-me muitas dúvidas do ponto de vista jurídico, razão pela qual voto contra.*”

De: EUROSUL, LD<sup>a</sup>, requerendo aprovação dos projectos de arquitectura, especialidades e licenciamento da obra de construção de um edifício multifamiliar e comércio / serviços a erigir no gaveto formado pela Rua 5 de Outubro, nºs 41, 43 e 43-A e Rua Jaime Lopes Brejo, nºs 2 e 4, freguesia de Nossa Senhora do Bispo, tendo como técnicos responsáveis João Paulo Varela Rubim Lopes Ferreira, Ricardo Manuel dos Reis Fernandes, José Miguel Carmo Rosa, José Augusto Cananão Chanfana Gomes.

Tem parecer da D.A.U.

Data de entrada do requerimento: 26/03/2003

Interveio depois o senhor Vereador Agostinho para referir que no processo em análise a requerente se viu compelida pelos serviços técnicos da Câmara a ter que alterar o seu projecto inicial no que respeita às varandas, adaptando-o às exigências dos serviços, numa situação que à partida disse considerar mais aceitável do que aquela que já várias vezes foi discutida em reunião de Câmara sobre o prédio localizado na confluência das ruas Bento Gonçalves e Sacadura Cabral, a qual em seu entender representa um mais

notório contraste entre os edifícios existentes e a nova construção que ali está a ser edificada, para além de não respeitar, como devia, a arquitectura presente naquele quarteirão.

Torna-se por isso imprescindível que a autarquia uniformize critérios, por forma a não suscitar diferenças de interpretação e de actuação perante situações idênticas, constituindo o caso vertente um exemplo daquilo que não deve acontecer (concluiu).

Disse depois o senhor Vereador Jorge Queiroz que os critérios têm de ser idênticos em relação a todos os requerentes. Na obra na Rua Sacadura Cabral ressalta à vista o desalinhamento existente entre a nova construção e as habitações existentes, não sendo admissível que nuns casos se use de excessiva liberalidade de apreciação e análise e noutros se use de extremo rigor.

Usou depois da palavra a senhora Vereadora Helena Paixão para dizer que no caso em apreço foram levantadas algumas questões pelos serviços técnicos, que propuseram algumas alterações, ficando obviamente ao critério do projectista a concepção definitiva apresentada.

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços da D.A.U. e com os Termos de Responsabilidade do Técnico.

De: HENDRIK ROELOFSEN E HERMANA WIJNANDA, requerendo aprovação do projecto de arquitectura para legalização de um armazém destinado à recolha de forragens, sito na propriedade denominada por “Vale de Leite”, à Rosenta, freguesia de Nossa Senhora do Bispo, tendo como técnico responsável Rui Duarte Estróia Palmas, número 324.

Tem parecer da D.A.U.

Data de entrada do requerimento: 04/10/2002

Deliberação: Indeferido por unanimidade.

De: AFONSO ANASTÁCIO SANTANA VALÉRIO, requerendo aprovação do projecto de arquitectura da obra de ampliação e remodelação de um monte alentejano, sito em Monte das Casas Altas – Reguengo – S. Mateus, freguesia de Nossa Senhora da Vila tendo como técnico responsável Jacinto Gameiro Costa, número 47.

Tem parecer da D.A.U.

Data de entrada do requerimento: 01/07/2003

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com o parecer dos serviços da D.A.U.

### **Requerimentos Diversos**

De: LEIRIMUNDO, CONSTRUÇÃO CIVIL, S.A., requerendo recepção provisória das infraestruturas de abastecimento de águas e de drenagem de residuais domésticas e pluviais do loteamento sito na Horta e Ferragial das Almas – S. Domingos com o Alvará nº 6/01, de 13/12, freguesia de Nossa Senhora da Vila e redução da respectiva caução.

Tem parecer da D.A.U.

Data de entrada do requerimento: 05/06/2002

Deliberação: Deferido por unanimidade.

## **2. OBRAS E SANEAMENTO**

### **A) EMPREITADA DE LIMPEZA DA LAGOA ANAERÓBICA DA ETAR DE FOROS DE VALE DE FIGUEIRA**

O senhor Vice-Presidente apresentou depois a proposta de Auto de Medição número um de trabalhos que foram efectuados pelo empreiteiro AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A., na empreitada de “Limpeza da Lagoa Anaeróbica da ETAR dos Foros de Vale de Figueira”, o qual importa no valor de dez mil quatrocentos e sessenta e quatro euros e setenta e oito cêntimos, acrescido do IVA no valor de quinhentos e vinte e três euros e vinte e três cêntimos, totalizando assim o presente Auto de Medição o valor a pagar à firma AGS – Administração e Gestão de Sistemas de Salubridade, S.A., de dez mil novecentos e oitenta e oito euros e um cêntimos.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Auto de Medição, no valor total de dez mil novecentos e oitenta e oito euros e um cêntimo.

### **B) EMPREITADA DE CONSTRUÇÃO DE JARDIM DE ESCOURAL**

No âmbito referido em epígrafe o senhor Vice-Presidente fez a apresentação da proposta do seguinte teor:

*“O empreiteiro Menserfil – Construções civis e obras públicas, Lda., deverá executar trabalhos a mais, devido à ultrapassagem das quantidades previstas, pelo que solicito à Exm<sup>a</sup>. Câmara autorização para ordem ao empreiteiro, dos quais junto lista em anexo.”*

Deliberação: A Câmara deliberou por unanimidade autorizar a realização de trabalhos a mais na empreitada de “*Construção de Jardim do Escoural*”, a realizar pela empresa Menserfil – Construções civis e obras públicas, Lda., os quais importam no valor de três mil euros e trinta e cinco cêntimos, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

### **C) EMPREITADA DE INTERVENÇÃO NA CARREIRA DE SÃO FRANCISCO**

Ainda no uso da palavra o senhor Vice-Presidente submeteu à consideração do executivo as seguintes propostas:

#### **Trabalhos a mais**

*“O empreiteiro Construções Aquino & Rodrigues, S.A., deverá executar trabalhos a mais devido à ultrapassagem das quantidades previstas, pelo que solicito à Exm<sup>a</sup>. Câmara autorização para ordem ao empreiteiro, dos quais junto lista em anexo.”*

Deliberação: A Câmara deliberou por unanimidade autorizar a realização de trabalhos a mais na empreitada de “*Intervenção na Carreira de São Francisco, em Montemor-o-Novo*”, a realizar pela empresa Construções Aquino & Rodrigues, S.A., os quais importam no valor de quatro mil oitocentos e sessenta e três euros e trinta e quatro cêntimos, acrescido do IVA à taxa legal em vigor.

#### **Auto de Medição**

Auto de Medição número seis de trabalhos que foram efectuados pelo empreiteiro Construções Aquino & Rodrigues, S.A., na empreitada de “*Intervenção na Carreira de São Francisco, em Montemor-o-Novo*”, o qual importa no valor de vinte mil seiscentos e cinquenta euros e cinco cêntimos, acrescido do IVA no valor de mil e trinta e dois euros e cinquenta cêntimos, totalizando assim o presente Auto de Medição o valor a pagar à firma Construções Aquino & Rodrigues, S.A., de vinte e um mil seiscentos e oitenta e dois euros e cinquenta e cinco cêntimos.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Auto de Medição, no valor de vinte e um mil seiscentos e oitenta e dois euros e cinquenta e cinco cêntimos.

### **3. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**

#### **A) IMPOSTO DE SISA/SIMULAÇÃO OU INDICAÇÃO INEXACTA DO PREÇO/DIREITO DE PREFERÊNCIA**

Seguidamente o senhor Vice-Presidente submeteu à consideração do executivo a cópia da informação dos actos notariais relativos a negócios sobre imóveis deste concelho sujeitos a Sisa, ainda que dela isentos, remetidos a esta Câmara Municipal durante o segundo trimestre do ano em curso.

Referiu ainda o mesmo autarca que, tal como consta da Comunicação do Chefe da DAF sobre o assunto, o Código do Imposto Municipal de Sisa e do Imposto sobre as Sucessões e Doações dispõe no seu artigo centésimo septuagésimo sexto o seguinte: *Se, por indicação inexacta do preço ou simulação deste, a Sisa tiver sido liquidada por valor inferior ao devido, o Estado, qualquer dos seus serviços estabelecimentos e organismos, ainda que personalizados, bem como qualquer autarquia local, pessoa colectiva de utilidade*

*pública ou instituição de segurança social, representado pelo Ministério Público, poderá preferir na venda, desde que assim o requeira perante os tribunais comuns, e prove que o valor por que a Sisa deveria ter sido liquidada excede em 50% ou em 100 contos, pelo menos, o valor sobre que incidiu.*

Em face do exposto colocou o senhor Vice-Presidente o documento à discussão, tendo no entanto e desde logo alvitado para a dificuldade que existe em termos de intervenção na área em questão, designadamente em termos de determinação do valor da avaliação dos imóveis em questão, tornando-se fundamental, para o efeito em causa, a institucionalização de uma Comissão de Avaliação.

Disse depois o senhor Vereador Queiroz que a questão em apreço toca todas as autarquias. A Câmara não se deve precipitar em intervir, sem procurar primeiro que tudo, e principalmente, junto das associações representativas do Poder Local – ANMP a nível nacional e AMDE a nível regional – a orientação que as mesmas poderão facultar em termos de intervenção neste domínio, ainda que a possibilidade de constituição de uma Comissão de Avaliação também possa ser uma hipótese a ter em conta no futuro.

Em face do entendimento generalizado manifestado por todos os eleitos, sugeriu o senhor Vice-Presidente que o documento possa ser considerado como informação, da qual a Câmara toma agora conhecimento, devendo promover-se o contacto e a auscultação de outras entidades sobre a forma de intervenção perspectivada, homogeneizando procedimentos e formas de actuação ao nível da matéria em análise.

Deliberação: A Câmara tomou conhecimento da informação prestada, devendo ser estabelecidos contactos com a ANMP, AMDE e outras instituições, no sentido de auscultar opiniões e recolher informação sobre procedimentos adoptados neste domínio por outras autarquias, por forma a procurar homogeneizar procedimentos e formas de intervenção quanto a um eventual exercício do direito de preferência sobre alienação de imóveis situados neste concelho sujeitos a Sisa, ainda que dela isentos.

## **B) CONTABILIDADE**

A Câmara tomou conhecimento da informação relativa às autorizações de pagamento de despesa orçamental emitidas entre o número quatro mil cento e quarenta e seis a quatro mil quinhentos e sessenta e cinco, no valor de trezentos e setenta e sete mil setecentos e oitenta e um euros e setenta e seis cêntimos.

## **4. SÓCIO-CULTURAL**

### **A) ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO PARA FREQUÊNCIA DO ENSINO SUPERIOR**

No âmbito em epígrafe o senhor Vereador João Marques apresentou a seguinte proposta:

*“O Regulamento das Bolsas de Estudo para Cursos Superiores foi aprovado em Reunião de Câmara de 15 de Julho de 1998. Por uma questão de organização dos processos de candidatura e sua análise, propõe-se a aprovação da alteração do número 1 do artigo 11º ( Capítulo V ) do referido regulamento e, da minuta do boletim com o pedido de renovação de bolsa de estudo.”*

Deliberação: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

### **B) ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO AO REFEITÓRIO ESCOLAR DE SANTA SOFIA**

Voltou a intervir o senhor Vereador João Marques para fazer a apresentação da proposta do seguinte teor:

*“Com o início de um novo período escolar, a cantina escolar de Santa Sofia entrou em funcionamento a 28 de Abril de 2003.*

*Solicita-se aprovação para se proceder ao pagamento do subsídio referente ao 3º Período, à cantina escolar de Santa Sofia, no valor de 12,10 € (doze euros e dez cêntimos).*

Deliberação: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

### **C) ATRIBUIÇÃO SUBSÍDIO À CASA DO POVO DE CABRELA PARA FESTIVAL DE FOLCLORE**

Ainda no uso da palavra o senhor João Marques apresentou a proposta seguinte:

*“Na sequência da Deliberação de Câmara de 28 de Maio de 2003, propõe-se a atribuição de subsídio referente ao 12º Festival de Folclore de Cabrela, promovido pela Rancho Folclórico de Cabrela, no dia 28 de Junho de 2003.*

*Nº de elementos participantes – 220 X 5.08 € = 1 127,76 €*

*Valor máximo do subsídio a atribuir - 1 127,76 Euros (mil cento e vinte sete euros e setenta e seis cêntimos)”*

Deliberação: A proposta apresentada foi aprovada por maioria, registando-se a abstenção dos senhores Vereadores Jorge Queiroz e Agostinho Simão.

Os senhores Vereadores do MCPM apresentaram a seguinte declaração de voto:

*“Abstemo-nos na votação de atribuição de subsídios porque até ao momento não foi cumprido o deliberado por unanimidade em reunião de Câmara de 3 de Julho de 2002 e referente à elaboração de uma proposta de Regulamento, com calendário estabelecido, para aprovação em reunião de Câmara na primeira quinzena de Novembro de 2002.*

*A manutenção da situação representa uma violação da deliberação deste órgão autárquico.*

*A abstenção significa protesto pela violação de deliberações camarárias e não configura qualquer posição de menor consideração pelas associações que nos merecem todo o respeito.”*

#### **D) ESCOLA DE NATACÃO – ISENÇÃO DE PAGAMENTO**

Mais uma vez interveio o senhor Vereador João Marques para submeter à consideração do executivo a proposta de isenção de pagamento de inscrição na Escola de Natação da jovem Sónia Cristina Batista, aluna da escola E.B. 2, 3, identificada como carenciada no escalão A.

Deliberação: A proposta apresentada foi aprovada por unanimidade.

#### **E) PROPOSTA DE REGULAMENTO INTERNO DAS PISCINAS MUNICIPAIS**

Tendo em vista por um lado a prestação de um serviço de qualidade e por outro lado estabelecer os direitos e os deveres dos utentes das Piscinas Municipais de Montemor-o-Novo, bem como a forma de funcionamento, normas e condições gerais de utilização de todos os serviços subjacentes ao referido complexo desportivo, recreativo e de lazer ao ar livre, o senhor Vice-Presidente colocou à discussão a proposta de Regulamento Interno das Piscinas Municipais que havia sido distribuída a todos os eleitos para análise na anterior sessão de Câmara.

Acrescentou ainda o senhor Vice-Presidente que as medidas tomadas no penúltimo fim de semana, designadamente no que se refere ao retardamento de abertura das Piscinas não permitiram aquilatar com rigor da sua plena eficácia, dado que a temperatura que se fez sentir nesse dia não atraiu um número elevado de pessoas à Piscina como seria de esperar.

Usou depois da palavra o senhor Vereador João Marques para dizer que no penúltimo fim de semana foram de facto implementadas novas medidas de segurança e de funcionamento da Piscina que não chegaram a ter reflexos, tendo em conta que o tempo por si só ajudou.

Entretanto no último fim de semana foram mais uma vez tomadas medidas de segurança, designadamente ao nível do uso de protectores solares, de entrada nas Piscinas com sacos térmicos e chapéus de sol, tendo tudo funcionado dentro na normalidade. Quanto à qualidade da água das Piscinas, disse o mesmo edil que na passada Quarta-feira foi necessário intervir, renovando parte da água da Piscina por forma a fazer baixar o nível de estafilococos presentes, até garantia de que os valores apresentados pelas últimas análises se apresentavam dentro dos parâmetros normais.

Usou depois da palavra o senhor Vereador Agostinho Simão referindo que caso os funcionários fossem mais exigentes no cumprimento das regras, tal representaria uma forma de educar com civismo os utentes daquele espaço e seria por certo mais compensatório em termos de resultados, do que usar de outras práticas. Paralelamente referiu também o senhor Vereador Agostinho que os chuveiros deveriam estar colocados em locais estratégicos da Piscina o que não acontece e que dificulta também a acção dos vigilantes.

No que concerne ao “chapinheiro” disse o mesmo edil que o uso de fraldas próprias para as crianças poderem permanecer dentro de água, deveria ser estimulado junto dos seus acompanhantes, melhorando-se dessa forma a qualidade da água onde eles desenvolvem as suas actividades.

Por último disse ainda o senhor Vereador Agostinho que a opção pela descarga de água para o esgoto quando surgem problemas de contaminação da água da Piscina não constitui a melhor forma de resolver o problema, devendo antes e de forma prudente evitar que a qualidade da água atinja parâmetros bacteriológicos tão elevados, tomando as necessárias medidas de prevenção.

Conseguindo-se de alguma forma prever os dias de maior afluência às Piscinas, principalmente de excursões, referiu o senhor Vereador João Marques que está a ser programada a realização de actividades lúdicas durante as manhãs desses mesmos dias, envolvendo as Juntas de Freguesia, Grupos, Associações e outras entidades que antecipadamente inscrevam os seus participantes, abrindo ao público apenas na parte da tarde.

Disse depois o senhor Vereador Agostinho ter dúvidas que as medidas preconizadas venham a conseguir resolver eficazmente os problemas existentes. As pessoas de Montemor estão a afastar-se das Piscinas, sabendo da vinda de excursões com gente que está longe de primar pelo melhor tipo de comportamentos.

Referiu depois a senhora Vereadora Helena Paixão ser necessário encontrar soluções para afastar as pessoas que não sabem manter uma postura correcta perante os outros, considerando que a esse nível as medidas propostas pelo senhor Vereador João Marques, virão certamente contribuir para uma melhoria significativa do funcionamento e das condições de segurança das Piscinas.

Disse depois o senhor Vereador João Caldeira que estando já referenciados os fins de semana que à partida poderão trazer maiores problemas e sendo feita uma rigorosa gestão desses dias em termos de acompanhamento dos casos mais problemáticos, será possível manter a normalidade de funcionamento daquele espaço.

Concluiu o senhor Vereador João Marques dizendo que o funcionamento da Piscina aos fins de semana nos moldes propostos constitui uma forma de privilegiar as pessoas de Montemor, sem apelar a exclusões racistas ou outras.

Deliberação: A proposta de Regulamento Interno das Piscinas Municipais de Montemor-o-Novo foi aprovada por unanimidade, tendo sido rubricada por todos os eleitos presentes, aqui se dando por integralmente transcrita nos termos da lei.

Declaração de voto do senhor Vereador Agostinho Simão: “*Mantenho o meu cepticismo em relação ao período de dez horas de funcionamento aos fins de semana.*”

## **5. AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS**

### **A) REQUERIMENTOS DIVERSOS**

A senhora Vereadora Helena Paixão apresentou seguidamente o seguinte processo:

De: ANSUB - ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES FLORESTAIS DO VALE DO SADO, representante do Sr. Francisco José Fernandes Tarifa de Castro, requerendo informação sobre Projecto a submeter ao Programa AGRO Medida 3.1: acções de beneficiação de povoamento misto de sobreiro x azinheira x pinheiro manso x pinheiro bravo existentes em 2 parcelas com uma área total de 118.53 ha, no prédio “Herdade da Cabeça Gorda”, freguesia de Cabrela..

(PARENQ 6/03 – AGRFLOR 809/03)

Tem parecer da DASU

Deliberação: Deferido por unanimidade de acordo com parecer dos serviços.

## **6. PLANEAMENTO E DESENVOLVIMENTO**

### **A) EDITAL PARA ESPAÇO DE GASTRONOMIA NA FEIRA DA LUZ 2003**

No uso da palavra e no âmbito supracitado apresentou o senhor Vice-Presidente a seguinte proposta de Edital:

*“Propõe-se que este ano na Feira da Luz seja desenvolvido em colaboração com a Associação Terras Dentro, um espaço gastronómico, com as seguintes características:*

*Espaço onde restaurantes do concelho de Montemor estarão presentes com gastronomia regional, sendo um espaço munido de 4 infra-estruturas de apoio aos restaurantes servido de esplanada.*

*Pretende-se que este espaço esteja localizado num toldo com dimensões 21x11m, com iluminação própria e alguns elementos decorativos. Debaixo deste estarão 4 “tasquinhas” com dimensões 6x3m cada, servidas de lava-loiça, balcão com 3m de largura e vitrina incorporada, corrente eléctrica, iluminação e identificação frontal do restaurante. As tasquinhas serão montadas sobre estrados elevados 10 cm do chão. O restante espaço do toldo deverá ser utilizado como esplanada, o chão será coberto com material que não prejudique a qualidade dos agro-alimentares (casca de pinheiro ou em alternativa gravilha ou outro inerte que não levante pó). Serão colocados vasos com flores para “refrescar” e embelezar o espaço gastronómico. Poderá/deverá ser incluída sonorização do certame neste espaço (som de feira), devendo ter interruptor de corte.*

*Caso a proposta apresentada seja aprovada, será efectuado um convite a todos os restaurantes do concelho, os quais serão seleccionados de acordo com o edital em anexo.*

*Face ao exposto, propõe-se a aprovação do Edital.”*

Questionou depois o senhor Vereador Jorge Queiroz sobre a razão pela qual a Câmara seleccionou a Associação Terras Dentro para estabelecimento desta parceria, em detrimento de outras associações do concelho, quando deveria ser isenta nas suas relações com as instituições, perguntando ainda que contrapartidas irão ser concedidas à associação para realização do referido evento.

Discordando da forma como o processo terá sido conduzido, disse o senhor Vereador Queiroz ir votar contra.

Interveio depois a senhora Vereadora Helena Paixão para dizer que no caso concreto não foi a Câmara que contactou a Associação, tendo antes a proposta partido da Associação.

Havendo dúvidas pode-se contudo solicitar junto do serviço que preparou a elaboração da proposta uma explicação para a forma como se desenvolveu o processo desde a sua origem.

Referiu depois o senhor Vereador Agostinho que a proposta em análise deveria ser complementada com o documento que terá despoletado a situação por parte da Associação Terras Dentro, por forma a não suscitar dúvidas quanto a uma possível escolha que a Câmara possa ter feito da Associação em causa e quando poderão existir outras associações interessadas em participar, acrescentando ainda que no caso em apreço a autarquia poderia ter utilizado o mesmo critério que usa na realização do Festival Gastronómico divulgando a iniciativa junto das instituições potencialmente interessadas em participar, sem escolher de forma preferencial qualquer Associação.

Tendo sido entretanto chamada a prestar informação sobre o processo em causa referiu a Técnica Rita Sampaio que a proposta surgiu da parte da Associação e que a contrapartida a prestar pela Câmara é de cerca de três mil euros que constará da proposta de Protocolo a submeter à apreciação da Câmara, caso seja entretanto aprovada a presente proposta.

Tendo entretanto efectuado um contacto telefónico na hora com a responsável do Gabinete de Planeamento, disse a senhora Vereadora ter-lhe sido informado pela pessoa em causa – Dra. Vanda Teixeira -, que a comunicação da Associação Terras Dentro chegou à Câmara por correio electrónico, podendo ser oportunamente disponibilizado caso seja necessário.

Deliberação: A proposta de Edital apresentada foi aprovada por maioria, com os votos contra dos senhores Vereadores Agostinho Simão e Jorge Queiroz, conforme documento que foi rubricado por todos os eleitos presentes e que nos termos da lei aqui se dá por integralmente transcrito.

Declaração de voto do senhor Vereador Jorge Queiroz: *“Voto contra porque no documento que nos foi apresentado não é explicada a razão pela qual a Associação Terras Dentro colabora com a Câmara na organização do espaço gastronómico e não é outra ou outras associações do concelho a assumir essa parceria.*

*Também não são explicadas as contrapartidas que essa Associação recebeu da Câmara Municipal.”*

Declaração de voto da senhora Vereadora Helena Paixão: *“Voto a favor porque apesar de não acompanhar a informação que foi presente a reunião, foi todavia amplamente explicada a razão pela qual esta parceria foi assumida com a Associação Terras Dentro e a sua origem.*

*Não foi a Câmara que convidou a Associação Terras Dentro a desenvolver esta acção, razão pela qual não houve lugar a qualquer selecção ou convite a associações específicas.*

*As diversas contrapartidas de parte a parte constarão da proposta de Protocolo que será apresentada na próxima reunião de Câmara, conforme também foi afirmado pela Técnica do Gabinete de Desenvolvimento.”*

## **7. CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTÁGIO**

No âmbito supracitado apresentou o senhor Vice-Presidente a seguinte proposta de concessão de bolsa de estágio:

*“No âmbito de trabalho desenvolvido na área do Saneamento Básico/Tratamento de Águas Residuais e para conclusão de trabalhos iniciados anteriormente no decurso do Estágio Profissional do IEFP, propõe-se a concessão de um estágio com a duração de seis meses a Isabel Cristina Alves Rodrigues, Bacharel em Engenharia do Ambiente pelo Instituto Politécnico de Setúbal, residente em Pegões Cruzamento, ao abrigo das Normas aprovadas na Reunião de Câmara de 02/11/1994.*

*Junta-se Curriculum Vitae do candidato, informando-se que a Bolsa de Estágio poderá iniciar-se a 18 de Agosto do corrente ano de 2003.”*

**Deliberação:** A proposta de concessão de Bolsa de Estágio apresentada, foi aprovada por unanimidade.

Ainda no mesmo âmbito foi a senhora Vereadora Helena Paixão quem apresentou a seguinte proposta igualmente de concessão de bolsa:

*“No âmbito das necessidades de trabalho na área do Projecto de Intervenção Paisagista e para conclusão de propostas já iniciadas anteriormente, propõe-se a concessão de um estágio com a duração de seis meses a Rafael Gonçalo Sadio Raposo de Salinas Calado, finalista do Curso de Arquitectura Paisagista pela Universidade de Évora, residente na Quinta dos Meninos Orfãos (aos Leões) em Évora, ao abrigo das Normas aprovadas na reunião de Câmara de 02/11/1994.*

*Junta-se Curriculum Vitae do candidato, informando-se que a Bolsa de Estágio poderá iniciar-se a 1 de Agosto do corrente ano.”*

Disse depois o senhor Vereador Agostinho que o certificado de habilitações do candidato apenas contempla as disciplinas em que ficou aprovado nos anos lectivos de 1998 e 1999.

A senhora Vereadora disse depois ir diligenciar no sentido do interessado fazer a entrega do certificado de habilitações completo para instrução do respectivo processo.

**Deliberação:** A proposta de concessão de Bolsa de Estágio apresentada, foi aprovada por unanimidade.

## **8. PROPOSTA DE ACTA Nº. 15**

### **Aprovação da acta número quinze referente à reunião ordinária da Câmara Municipal realizada no dia nove de Julho do ano de dois mil e três**

Tendo o texto da acta em epígrafe sido previamente distribuído entre todos os membros do Executivo foi dispensada a sua leitura, de harmonia com o disposto no decreto-lei número quarenta e cinco mil trezentos e sessenta e dois, de vinte e um de Novembro de mil novecentos e sessenta e três.

A referida acta foi aprovada por unanimidade, tendo-lhe sido introduzidas alterações, de harmonia com o disposto no artigo nonagésimo segundo, da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro.

## **9. ATENDIMENTO DE MUNICÍPES**

No período reservado ao atendimento de munícipes não compareceram quaisquer interessados em colocar questões.

### **Aprovação da acta em minuta**

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a reunião eram vinte e uma horas, tendo a Câmara deliberado por unanimidade aprovar esta acta em minuta, ao abrigo do numero três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a primeira alteração que lhe foi dada pela Lei número cinco, barra A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro e Declarações de Rectificação número quatro, barra dois mil e dois, de seis de Fevereiro e número nove, barra dois mil e dois de cinco de Março.

E eu, Carlos António Russo Lebre, Assistente Administrativo Especialista, a redigi e subscrevo.

O VICE-PRESIDENTE,

O ASSISTENTE ADMINISTRATIVO ESPECIALISTA,